

## AVISO DE PRIVACIDADE

### MATRICULA.RIO

Este Aviso de Privacidade foi elaborado em conformidade com o Marco Civil da Internet e com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

A aplicação deste Aviso será pautada pelo dever de boa-fé e pela observância dos princípios previstos no art. 6º da LGPD, dentre eles, o da finalidade, da adequação, da necessidade, do livre acesso, da qualidade dos dados, da transparência, da prevenção, da não discriminação, da responsabilização e da prestação de contas.

#### 1. DEFINIÇÕES:

Para melhor compreensão deste documento, neste Aviso de Privacidade, consideram-se:

a) **Dado Pessoal:** informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável.

b) **Titular:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

c) **Dado Pessoal Sensível:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

d) **Agentes de Tratamento:** o controlador e o operador. Os indivíduos subordinados ou vinculados, como os funcionários, os agentes e servidores públicos ou as equipes de trabalho de um órgão ou de uma entidade, que atuam sob o poder diretivo do agente de tratamento não serão considerados como controladores ou operadores;

e) **Controlador:** órgão da Administração Direta ou entidade da Administração Indireta, do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, a quem compete as principais decisões relativas aos elementos essenciais para o cumprimento da finalidade do tratamento de dados pessoais, bem como a definição da natureza dos dados pessoais tratados e a duração do tratamento;

f) **Controladoria Conjunta:** determinação conjunta, comum ou convergente, por dois ou mais controladores, das finalidades e dos elementos essenciais para a realização do tratamento de dados pessoais, por meio de acordo que estabeleça as respectivas responsabilidades quanto ao cumprimento da LGPD;

g) **Operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

h) **Suboperador:** contratado pelo operador para auxiliá-lo a realizar o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, podendo ser equiparado ao operador perante a LGPD em relação às atividades que foi

contratado para executar, no que se refere às responsabilidades;

i) **Encarregado**: pessoa indicada, mediante ato formal, pelo controlador e pelo operador, cujas identidade e informações de contato estarão divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador e do operador, sendo responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, o operador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD

j) **Anonimização**: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

k) **Dado Anonimizado**: dado relativo a um titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

l) **Autoridade Nacional**: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.

m) **Banco de Dados**: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.

n) **Consentimento**: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada, não sendo a única nem a principal base legal possível para viabilizar o tratamento de dados pessoais.

o) **Incidente de segurança com dados pessoais**: qualquer evento adverso confirmado, relacionado à violação na segurança de dados pessoais, tais como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, os quais possam ocasionar risco para os direitos e liberdades do titular dos dados pessoais

p) **Órgão de Pesquisa**: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, legalmente constituída sob as leis brasileiras e com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.

q) **Transferência Internacional de Dados**: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.

r) **Tratamento**: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

s) **Uso Compartilhado de Dados**: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento

de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

## **2. BASE LEGAL PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS:**

2.1 - O tratamento de dados é realizado com base nos art. 7º, incisos II, III, IV, V, VI, VII e IX, ou 11, inciso II, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", ou art. 14º da LGPD e se limitam ao cumprimento de obrigações legais e regulatórias, execução de políticas públicas, execução de contratos e/ou realização de estudos de pesquisa.

## **3. CONTROLADOR:**

### **3.1 - Nome do Controlador:**

Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro

### **3.2 - Endereço do Controlador:**

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – 3º andar – Sala 301

Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20.211-110

### **3.3 - Endereço eletrônico do Controlador:**

<https://educacao.prefeitura.rio/lgpd/>

<https://www.1746.rio/hc/pt-br>

### **3.4 - Telefones para contato:**

1746 ou (21) 3460-1746, quando estiver em uma Cidade com o código de área diferente do 21.

(21) 2976-2478 | 2976-2481 | 2976-2427 | 2976-2479

### **3.5 - Nome do(a) encarregado(a) de dados do Controlador:**

Nuno Caminada Silva

#### **3.5.1 - E-mail do(a) encarregado(a) de dados do Controlador:**

[encarregadodedados@rioeduca.net](mailto:encarregadodedados@rioeduca.net)

## **4. OPERADOR:**

### **4.1 - Nome do Operador:**

Empresa Municipal de Informática S.A. – IplanRio

### **4.2 - Endereço do Operador:**

Av. Presidente Vargas, 3131 – 13º andar

Cidade Nova – CEP: 20210-030

### **4.4 - Telefone para contato:**

Tel.: 21 2088-4925

#### **4.5 - Nome do(a) encarregado(a) de dados do Operador:**

Antonio Sérgio Oliveira Luiz

##### **4.5.1 - Email do encarregado de dados do operador**

Antonio.luiz@rio.rj.gov.br

### **5. DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS:**

O titular de dados pessoais possui os seguintes direitos, conferidos pela LGPD:

a) Direito de confirmação e acesso (Art. 18, incisos I e II): é o direito do titular de dados de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.

b) Direito de retificação (Art. 18, inciso III): é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

c) Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, inciso IV): é o direito do titular de dados de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

d) Direito de oposição (Art. 18, § 2º): é o direito do titular de dados de, a qualquer momento, opor-se ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na LGPD.

e) Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20): o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

### **6. QUAIS DADOS PESSOAIS SÃO TRATADOS:**

A utilização de determinadas funcionalidades do serviço pelo titular de dados pessoais dependerá do tratamento dos seguintes dados pessoais:

- a) CPF do candidato;
- b) Nome do candidato;
- c) Data de nascimento do candidato;
- d) Informar se o candidato é pessoa com deficiência;
- e) Informar se o candidato possui pais acima de 60 anos;
- f) Informar se os pais do candidato são pessoas com deficiência;
- g) Informar se o candidato possui mãe adolescente;
- h) Sexo do candidato;
- i) CPF da filiação 1;
- j) Data de nascimento da filiação 1;

- k) Nacionalidade da filiação 1;
- l) Estado onde nasceu a filiação 1
- m) Nome da filiação 2;
- n) Nacionalidade da filiação 2;
- o) Estado onde nasceu a filiação 2;
- p) Nome do responsável;
- q) Telefone fixo do responsável;
- r) Telefone celular do responsável;
- s) E-mail do responsável;
- t) NIS do responsável;

## 6.1 - Tratamento de Dados de Crianças e Adolescentes

O serviço realiza o tratamento de dados de crianças e adolescentes. Assim, a Administração Pública Municipal se compromete a fornecer maior proteção a esses dados. Além disso, a Secretaria Municipal de Educação e a IplanRio se comprometem a cumprir todas as disposições legais pertinentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente.

6.1.1 - O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes será realizado em seu melhor interesse, sendo, contudo, observadas as regras constantes dos artigos 23 a 30 da LGPD sob a hipótese de execução de políticas públicas, da referida lei, bem como as demais orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

## 6.2 - Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis

Podem ser tratados os seguintes dados pessoais sensíveis:

6.2.1 - Dados que revelam origem racial ou étnica: cor ou raça e pertencimento a grupos populacionais tradicionais e específicos;

6.2.2 - Dado que revela convicção religiosa: - pertencimento a grupos populacionais tradicionais e específicos;

6.2.3 - Dado que revela filiação a organização de caráter religioso: - pertencimento a grupos populacionais tradicionais e específicos;

6.2.4 - Dado referente à saúde: \_ informações de pessoas com deficiência na família.

## 7. COMO OS DADOS SÃO COLETADOS:

A forma como os seus dados pessoais são coletados é indicada abaixo:

DADOS TRATADOS	FORMA DE COLETA DOS DADOS
CPF do candidato	<i>Informado pelo usuário</i>
Nome do candidato	<i>Obtido de terceiros</i>
Data de nascimento do candidato	<i>Informado pelo usuário</i>
Pessoa com deficiência	<i>Informado pelo usuário</i>
Possui pais acima de 60 anos	<i>Informado pelo usuário</i>

Pais são pessoas com deficiência	<i>Informado pelo usuário</i>
Possui mãe adolescente	<i>Informado pelo usuário</i>
Sexo do candidato	<i>Informado pelo usuário</i>
CPF da filiação 1	<i>Informado pelo usuário</i>
Data de nascimento da filiação 1	<i>Informado pelo usuário</i>
Nome da filiação 1	<i>Obtido de terceiros</i>
Nacionalidade da filiação 1	<i>Informado pelo usuário</i>
Estado onde nasceu a filiação 1	<i>Informado pelo usuário</i>
Nome da filiação 2	<i>Informado pelo usuário</i>
Nacionalidade da filiação 2	<i>Informado pelo usuário</i>
Estado onde nasceu a filiação 2	<i>Informado pelo usuário</i>
Nome do responsável	<i>Informado pelo usuário</i>
Telefone fixo do responsável	<i>Informado pelo usuário</i>
Telefone celular do responsável	<i>Informado pelo usuário</i>
E-mail do responsável	<i>Informado pelo usuário</i>
NIS do responsável	<i>Informado pelo usuário</i>

## **8. QUAL O TRATAMENTO REALIZADO E PARA QUAL FINALIDADE**

Os dados pessoais utilizados no serviço têm como tratamento a coleta, o armazenamento, o processamento e a utilização, possuindo como finalidades específicas, a matrícula de candidatos nas unidades escolares da rede pública de ensino e a classificação de candidatos para filas em creches públicas e parceiras do Município do Rio de Janeiro.

### **TRATAMENTO:**

- a) ACESSO - ato de ingressar, transitar, conhecer ou consultar a informação, bem como possibilidade de usar os ativos de informação de um órgão ou entidade, observada eventual restrição que se aplique;
- b) ARMAZENAMENTO - ação ou resultado de manter ou conservar em repositório um dado;
- c) ARQUIVAMENTO - ato ou efeito de manter registrado um dado, embora já tenha perdido a validade ou esgotado a sua vigência;
- d) AVALIAÇÃO - analisar o dado com o objetivo de produzir informação;
- e) CLASSIFICAÇÃO - maneira de ordenar os dados conforme algum critério estabelecido;
- f) COLETA - recolhimento de dados com finalidade específica;
- g) COMUNICAÇÃO - transmitir informações pertinentes a políticas de ação sobre os dados;

- h) **CONTROLE** - ação ou poder de regular, determinar ou monitorar as ações sobre o dado;
- i) **DISTRIBUIÇÃO** - ato ou efeito de dispor de dados de acordo com algum critério estabelecido;
- j) **EXTRAÇÃO** - ato de copiar ou retirar dados do repositório em que se encontrava;
- k) **MODIFICAÇÃO** - ato ou efeito de alteração do dado;
- l) **PROCESSAMENTO** - ato ou efeito de processar dados visando organizá-los para obtenção de um resultado determinado;
- m) **PRODUÇÃO** - criação de bens e de serviços a partir do tratamento de dados;
- n) **RECEPÇÃO** - ato de receber os dados ao final da transmissão;
- o) **REPRODUÇÃO** - cópia de dado preexistente obtido por meio de qualquer processo;
- p) **TRANSFERÊNCIA** - mudança de dados de uma área de armazenamento para outra, ou para terceiro;
- q) **TRANSMISSÃO** - movimentação de dados entre dois pontos por meio de dispositivos elétricos, eletrônicos, telegráficos, telefônicos, radioelétricos, pneumáticos etc.;
- r) **UTILIZAÇÃO** - ato ou efeito do aproveitamento dos dados.

## **9. COMPARTILHAMENTO DE DADOS:**

Após a eventual formalização do ingresso do candidato na rede municipal, os dados pessoais do usuário poderão ser compartilhados com os seguintes órgãos ou entidades públicas e empresas: Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, CBD Bilhete Digital S.A., Ministério da Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Transportes, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Operador que desenvolve o serviço.

9.1 - Os dados pessoais ora fornecidos poderão ser compartilhados com a Controladoria-Geral do Município do Rio de Janeiro – CGM, Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro – TCM, e demais órgãos de controles e de fiscalização, como os Ministérios Públicos e as Defensorias Públicas.

9.2 - Os dados pessoais tratados pela Administração Pública Municipal poderão ser compartilhados entre os órgãos e as entidades de outras esferas, desde que sejam demonstradas, por meios formais, a finalidade e a necessidade da obtenção dos dados pessoais requeridos.

9.3 - Compartilhamento dos dados em processos físicos e digitais: Os dados pessoais tratados pela Administração Pública Municipal poderão ser inseridos em processos físicos ou processos virtuais, neste último caso inseridos no Processo.rio, para fins de tramitação de expediente administrativo, em cumprimento aos princípios do devido processo legal e da legalidade administrativa, além das obrigações legais constantes da Constituição Federal de 1988, do Decreto Municipal nº 2.477/80 e demais atos normativos

pertinentes, sendo o tratamento de dados pessoais inseridos nos processos administrativos em observância à LGPD.

9.4 - Dados pessoais sensíveis tratados pela Administração Pública Municipal poderão ser compartilhados nos termos aqui descritos com base no art. 11, II, alíneas "a", "b", "c", "d" ou "e", da LGPD, sendo que os órgãos e as entidades públicas darão a devida publicidade em seus sites institucionais, nos termos do inciso I do *caput* do art. 23 da LGPD.

## **10. SEGURANÇA DOS DADOS**

O serviço Matricula.rio se submete à Política de Segurança da Informação da Prefeitura, constante do Decreto Rio nº 53700, de 8 de dezembro de 2023, da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

## **11. TRATAMENTO POSTERIOR DOS DADOS PARA OUTRAS FINALIDADES**

No caso da formalização do ingresso do candidato na rede municipal, os dados aqui preenchidos serão utilizados para tratamento nos sistemas de gestão acadêmica da SME, para fins de acompanhamento da trajetória acadêmica.

## **12. MUDANÇAS**

A presente versão (1.1) foi atualizada pela última vez em: maio de 2024.

O editor se reserva o direito de modificar no site, a qualquer momento, a presentes política, especialmente para adaptá-la às evoluções do serviço de matrícula, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Qualquer alteração e/ou atualização deste instrumento passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos usuários.

## **13. FORO**

Este instrumento será regido pela legislação brasileira, ficando eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.